



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 102

SÁBADO, 4 DE JULHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 4ª SESSÃO, EM 3 DE JULHO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofícios do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 170/92, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 280/91 (nº 2.715/92, naquela Casa), que dispõe sobre a criação e o lançamento do selo comemorativo dos 160 anos da fotografia no Brasil e dá outras providências.

— Nº 171/92, comunicando a aprovação, com ressalvas, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19/92) nº 2.154/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, e dá outras providências.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 491/92, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, do Editorial publicado no Jornal O Estado de S. Paulo, edição de 25-6-92, sob o título "O Drama da Pesquisa".

— Nº 492/92, de autoria do Senador Júlio Campos, solicitando que sobre os Projetos de Lei do Senado nº 47 e 61/92, e Projeto de Lei da Câmara nº 59/92, que

tramitam em conjunto, seja ouvida a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR NABOR JÚNIOR — Considerações a respeito do projeto de reforma fiscal, principalmente no tocante à concessão de aposentadoria e estabilidade aos funcionários públicos, objeto de editoriais e notícias publicadas hoje, pela imprensa.

SENADOR NEY MARANHÃO — Visita ao Estado de Pernambuco de delegação de empresários de Taiwan.

SENADOR BENI VERAS — Desequilíbrios regionais no Brasil.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Notícias publicadas no jornal A Tarde, intituladas "Calmon tenta em Londres tranquilizar investidores" e "SDR libera 4,2 trilhões para obras no Nordeste".

1.2.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 4ª Sessão, em 3 de julho de 1992 4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Magno Bacelar

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Beni Veras — Chagas Rodrigues — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Jarbas Passarinho — João Rocha — Mauro Benevides — Nabor Júnior — Odacir Soares.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES****Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MALA****Diretor Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS**

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**OFÍCIOS****DO PRIMEIRO SECRETÁRIO****DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nº 170/92, de 29 de junho último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1991 (nº 2.715/92 naquela Casa), de autoria do Senador Odacir Soares, que dispõe sobre a criação e o lançamento do selo comemorativo dos 160 anos da fotografia no Brasil e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 29-6-92.)

Nº 171/92, de 29 de junho último, comunicando a aprovação, com ressalvas, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1992 (nº 2.154/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 29-6-92.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 491, DE 1992

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requiro a transcrição, nos Anais do Senado, do editorial publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 25-6-92, sob o título "O Drama da Pesquisa".

Sala das Sessões, 3 de julho de 1992. — **Fernando Henrique Cardoso**.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — De acordo com o art. 215 do Regimento Interno, a matéria vai à apreciação da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 492,

Sr. Presidente,

Nos termos do inciso I do art. 255 do Regimento Interno, requiro, que sobre os Projetos de Lei do Senado nº 47 e 61, de 1992, e Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1992, que tramitam em conjunto, seja ouvida a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sala das Sessões, 3 de julho de 1992. — Senador **Júlio Campos**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O requerimento lido será publicado e incluído na Ordem do Dia da próxima terça-feira.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, os jornais estão publicando os principais tópicos do projeto de ajuste fiscal que o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento entregou ontem ao Senhor Presidente da República, em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

Esse elenco de propostas, na realidade, visa o aumento da carga tributária, redobrando os gravames que recaem sobre os contribuintes, hoje, no Brasil, vitimados por uma infinidade de taxas e impostos que só se identificam na voracidade — porque, de resto, permitem que os níveis de sonegação atinjam patamares intoleráveis, como admitem as próprias autoridades do setor fiscal.

Ao invés de cobrar dos omissos e inadimplentes, o Governo se atira, mais uma vez, sobre o trabalhador assalariado, que não tem como sonegar, pois paga no contracheque e nas notas fiscais de cada transação efetuada, que já trazem embutidos e expressos os valores confiscados.

As fórmulas propostas, segundo leio na imprensa, têm por escopo as seguintes mudanças:

1 — Tornar opcional o recolhimento do FGTS, dando ao trabalhador o direito de escolher entre a sistemática atual e o recebimento dos valores correspondentes junto a cada salário;

2 — Fixar limites para os benefícios previdenciários e criar nova modalidade de previdência complementar;

3 — Aumentar o número de contribuintes do IR, eliminando os abatimentos e deduções hoje permitidos;

4 — Acabar com a aposentadoria por tempo de serviço;
5 — Acabar com a estabilidade dos servidores públicos;
6 — Redistribuir as receitas federais entre Estados e Municípios, com base na renda *per capita*;

7 — Extinguir os fundos de incentivos fiscais regionais (Finor, Finam etc.) e reduzir drasticamente as transferências voluntárias da União para Estados e Municípios;

8 — Reduzir o número de impostos de 22 para 9;

9 — Aumentar a receita, de 3% do PIB, e reduzir a despesa, de 1,5 a 2% do PIB; e

10 — Criar o Imposto sobre o Patrimônio; Imposto sobre Transações Financeiras; Imposto sobre Propriedade Urbana e Rural, Imposto sobre Valor Agregado e Imposto sobre Transações Financeiras.

Como se observa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a intenção declarada vai além da simples redução dos repasses para Estados e Municípios e da multiplicação dos tributos efetivos sobre os trabalhadores — atinge, até mesmo, seus direitos sagrados, inclusive os dos servidores públicos inscritos na Constituição de 1988.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Nobre Senador Nabor Júnior, o tempo passa, os nomes mudam, a matéria permanece a mesma. Antes, essa mesma matéria, ou parte dela, principalmente no que tange à estabilidade do funcionário público e à aposentadoria por tempo de serviço, chamava-se Emenda. Era o Emendão que o Govern^o mandou para o Congresso e ficou por aí, porque o Congresso se recusou a votá-lo. Agora, vem com outro nome: ajuste fiscal ou reforma fiscal. Na realidade, parte desse ajuste vem do Emendão. Não é ajuste fiscal de coisa alguma. Acredito que diminuiu as despesas da União, na medida em que esta se assenhoreou da Previdência Social. A Previdência Social deveria ser mantida por contribuições de empregados, de empregadores e da União. A União não contribuiu com a sua parte e assumiu a Previdência Social. A Previdência Social deveria ser mantida por contribuições de empregados, de empregadores e da União. A União não contribuiu com a sua parte e assumiu a Previdência Social. Aposentou, indiscriminadamente, trabalhadores rurais às custas da Previdência Social, mantida pelos trabalhadores das cidades. O Governo deveria ter utilizado recursos próprios ou de um organismo próprio para conceder a aposentadoria rural, que acho legítima para o trabalhador do campo. Só não poderia fazê-lo com o dinheiro da Previdência Social. O Govern^o não poderia usar o dinheiro do trabalhador para pagar essa aposentadoria, ou seja, colocar o trabalhador rural, que não contribuiu com nada, dentro de um instituto de previdência formado pela contribuição dos trabalhadores urbanos. Então, é evidente que isso desequilibrou a Previdência, fazendo com que a aposentadoria passasse a fazer parte dos problemas do Governo, na medida em que, já agora, acredito que nem o trabalhador quer mais receber esse benefício, posto que há um número muito grande de beneficiários que não contribuíram para formar o seu pé-de-meia ou ter algo para lhes render na velhice. O imposto deve ser alguma coisa que o Governo cobra em função daquilo que ele vai dar. Ele cobra do usuário para lhe retribuir com serviços. Esse imposto sobre a transação bancária é ridículo! É mais um penduricalho, apresentado inicialmente a este País como imposto único, que iria substituir todos os outros. Amanhã, quando não houver inflação, o que vai acontecer? O que vai acontecer, se

tivermos a felicidade de vencer a inflação? Um cidadão, por exemplo, vai a um banco, onde tem 10 milhões de cruzeiros e diz que quer 20 cheques executivos no valor de 500 mil cruzeiros cada um, e vai negociar com esses cheques sem pagar imposto. São cheques executivos firmados pelo banco, não há desvalorização. Consequentemente, o imposto não vai ser pago, a não ser por aqueles que não têm dinheiro, que têm que fazer cheques pequenos. Há apenas um imposto, dos previstos nessa reforma, que considero muito importante: é o Imposto sobre o Patrimônio. Esse, sim, tem sentido. Como eu acho que não tem sentido o Imposto de Renda. Vamos supor que eu ganho o que V. Ex^a ganha e, com o meu dinheiro e com tudo que ganho, saio passeando pelo País, fazendo turismo, indo a boates, enfim, gastando esse dinheiro; estarei produzindo emprego, produzindo renda. Agora, se V. Ex^a pegar o seu dinheiro e transformá-lo em patrimônio, V. Ex^a não fez com que essa renda produzisse, não desenvolveu coisa alguma. Então, esse patrimônio é que precisa ser taxado. Hoje — já repeti aqui mais de uma vez —, o dono de uma fazenda de 10, 20 ou 50 mil cabeças de gado não paga Imposto de Renda sobre o bezerro que nasce. Ele vive sem pagar Imposto de Renda. Os bezerros que nascem em sua fazenda não são renda.

No entanto, todo o mecanismo do Governo está à disposição desse cidadão: do soldado de polícia ao delegado; do promotor ao juiz; dos Tribunais de Justiça do Estado aos Tribunais Superiores em Brasília, tudo para defender aquela propriedade contra quem quiser tirar-lhe um fio de arame, contra quem quiser roubar-lhe um bezerro. Então, todo o mecanismo do Estado está defendendo o quê? A propriedade. As leis são feitas para defender o homem e a sua propriedade; a relação entre os homens e as suas propriedades. Nesse caso é que deve repousar o imposto. Se o Governo existe para defender essa causa, deve cobrar de quem tem recursos. Se V. Ex^a tem um iate e sai passeando pelo mundo com a nossa bandeira, quando chega a algum lugar tem a Embaixada ou o Consulado do Brasil para lhe dar toda a assistência, ou seja, seria território brasileiro viajando. No entanto, o proprietário do iate não paga qualquer quantia para ter todo esse mecanismo de Governo defendendo o seu iate. Quem paga é o funcionário público, que recebe um ordenado que mal dá para viver, mas vai pagar Imposto de Renda. Essa é a única renda que não pode ser fraudada: a renda do salário. É o salário que sustenta este País. E, por incrível que pareça, é o salário que não sobe. É o salário que faz de conta que não existe inflação. É o salário sobre o qual, de tempos em tempos, se imagina fazer uma revisão. É um salário mínimo ruzeiros que, quando foi idealizado, correspondia a 100 dólares. Hoje, equivale a 60 ou 70 dólares. Com isso, na realidade, estamos tentando enganar o povo. Quem tem que pagar é quem goza do serviço do Estado. É o patrimônio. Eu até fiquei, de certa forma, satisfeito, feliz, quando vi que na declaração de renda deste ano — e aqui eu faço um parêntese: todo ano é um modelo diferente de Imposto de Renda; todo ano se adicionam itens e se retiram itens. O contribuinte já fica naquela amargura de saber, no começo do ano, quais serão as novas regras para a declaração. — foi pedido que o patrimônio fosse colocado em UFIR. Isso me animou. Eu fiquei pensando: “Bom, o Governo pode, pelo menos, ter uma idéia, senão dos que não declaram, pelo menos do valor do patrimônio dos que declaram, em UFIR. A partir daí, o Governo pode estabelecer um percentual e cobrar sobre essa propriedade e não sobre o salário”. Eu não tenho a

menor idéia de como vem esse projeto. Mas tenho certeza de que, aqui, ele passará pelo crivo dos parlamentares — constituintes, como V. Exª, ou não constituintes, como eu — e haveremos, com certeza, nos posicionando na condição de povo que somos, de encontrar as respostas mais adequadas, não ficando a reboque de um pensamento de quem não representa o povo, que faz dentro de um laboratório, que buscando números, diversifica impostos, esquece-se do contribuinte, diz que vai cobrar menos da empresa e mais do dono da empresa, dos proprietários, ou seja, retirando da pessoa jurídica e aumentando na pessoa física. Mas, nobre Senador, cobrar 30% de Imposto de Renda do cidadão é um absurdo. Digamos, então, que o Senador ganha muito dinheiro, como o Deputado e outros, só como exemplo: ele deixa 30% para o Imposto de Renda, 10% para o IPC, deixa um percentual para o Partido, e termina ganhando 50% de seu salário. Temos os salários nominais, que não representam, na realidade, aquilo que se recebe, nós e o povo, porque nós temos as mesmas regras do povo. Propus — cheguei a tratar disso — que o Governo, antes de mandar o projeto para a classe política, enviásse o embrião do projeto para ouvir sugestões, para discuti-lo em mesas redondas e assim o Congresso receberia um projeto realmente enxuto. Mas mandar um projeto assim numa crise política seria, que ora estamos vivendo e esperar que ele passe tranquilamente, não acredito, Senador Nabor Júnior, que este seja o momento adequado. O momento hoje é este, de reflexão do povo.

O momento dos políticos, hoje, é de apuração das denúncias, e a cada dia mais uma da CPI se instalada. Não estou julgando o resultado dessas CPI, mas acho que enquanto não houver uma conclusão desses trabalhos, enquanto não pudermos, pelo menos, parar de instaurar CPIs todo dia, não vejo condição de se onerar o povo, porque esse projeto, da forma como é colocado hoje nos jornais, onera o que ganha menos ao que ganha mais: o que ganha menos, porque diminui o limite de isenção do Imposto de Renda, e o que ganha mais, porque aumenta de 25 para 30%. Ou seja, não escapa ninguém, todo mundo teria que contribuir mais para o Governo. E vem a pergunta: contribuir para quê? O que estão fazendo com o meu dinheiro? É verdade isso que estão dizendo por aí? Então, acho que este não é o momento adequado para pedir mais um sacrifício ao povo, não é o momento adequado para assustar os que ainda vão aposentar-se: um funcionalismo que vai continuar trabalhando e que quer continuar a trabalhar com tranquilidade, por um ordenado que é pequeno, sim, mas lhe é estável, dá-lhe garantia de estabilidade. Eu me congratulo com V. Exª pelo tema escolhido para o seu pronunciamento. Peço-lhe desculpas por ter sido tão prolixo. Para um assunto dessa natureza é difícil ser sucinto, a única maneira de se dizer o que se pensa é usar um pouco mais o tempo. Foi isso que fiz, prejudicando o discurso de V. Exª e, por isso, peço-lhe desculpas.

O SR. NABOR JÚNIOR — Eu é que agradeço a participação de V. Exª no meu modesto discurso, enriquecendo e tornando mais vivo este discurso, onde procuro abordar alguns temas que considero de fundamental importância para toda a sociedade brasileira.

O projeto anunciado pelo Governo não pode ser discutido e votado de forma açodada ou superficial, com base em acordos de lideranças ou pressões que se apresentem sob qualquer forma e origem; exige-se um amplo debate de toda a sociedade, indo, até mesmo, além da representatividade legítima expressa neste Plenário. As organizações sociais, profissionais,

empresariais, comunitárias; os Governos estaduais, as municipalidades por seus Prefeitos e Vereadores; todo o País, em suma, tem de ser convocado para esse diálogo, pois não está em questão apenas o já sacrificado bolso do povo, mas ainda se atingem direitos importantes dos trabalhadores. Isso, frise-se, apresenta conotações ainda mais melindrosas quando vivemos uma fase de altos níveis de desemprego e um achatamento salarial sem precedentes.

Os jornais trazem, em outras páginas, mas com a mesma preocupação, entrevistas com dirigentes de supermercados, que exibem uma redução de 35% na comercialização dos principais itens do consumo básico popular.

É lição elementar de economia: comida e produtos essenciais são os derradeiros cortes que as famílias fazem em seus gastos domésticos. E essa retração, que todos pressentíamos, comprova-se com as declarações dos grandes varejistas. Verificamos, destarte, que o Brasil atingiu o ponto dramático em que cada centavo já faz falta ao bolso do cidadão — e é justamente neste momento que o Governo procura avançar, com gula exacerbada, sobre os salários e as pequenas rendas, suprimindo deduções tradicionais, elevando a alíquota mínima e rebaixando as faixas de incidência do Imposto de Renda, que passará a recair sobre milhões de pessoas, hoje isentas por absoluta insuficiência salarial.

Isso contradiz, mais uma vez, as alardeadas intenções do Governo, que se propunha a reduzir o número e o peso dos tributos cobrados à população. Ao mesmo passo, as promessas de minorar o sofrimento e as desigualdades regionais também se desmentem com a ação governamental, extinguindo os incentivos fiscais, criados no saudoso Governo Juscelino Kubitschek, que favoreciam o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Sul.

Como se pode exigir, por exemplo, que um parlamentar da Amazônia aprove qualquer proposta para tornar ainda mais precária a ação da Sudam? Sobreviverá a Sudene à extinção dos fatores que procuram levar recursos e investimentos ao progresso dos Estados nordestinos?

É óbvio que a legislação, datada de três décadas ou mais, exige um tratamento modernizador — mas desde que seja para dobrar sua eficácia e seu alcance, jamais para secar seus mananciais orçamentários. Impressiona, ainda, a persistência com que o Governo age, quando se trata de agredir direitos dos trabalhadores. Velhas teses do falecido “Emendão” voltam a atormentar o sono de quem labuta diuturnamente, como, por exemplo, a extinção da aposentadoria por tempo de serviço e da estabilidade dos servidores.

O Governo não pode desconhecer — e certamente não desconhece, pois tem assessores e coordenadores políticos da maior competência — que dificilmente conseguirá aprovar essas mudanças ainda em 1992, se é que vai consegui-lo um dia!

E tão pouco pode desconhecer que se as mudanças fiscais não acontecerem em 1992, não poderão vigor no Orçamento do ano seguinte.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer, nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Nobre Senador, ouvi o início do discurso de V. Exª e esperava que o desenvolvimento do raciocínio chegasse a esses dois pontos fundamentais a que V. Exª se referiu. E como tanto o Senador Epitácio Cafeteira como V. Exª acabam de fazer referência ao “Emendão”, eu

me sinto na obrigação de pedir este aparte, porque participei no Governo da formulação desse chamado "Emendão". Em primeiro lugar, quando V. Exª leu, ainda há pouco, parece que um sumário de medidas publicadas num jornal, falou na perda da estabilidade. Veja V. Exª que quando nós, no Governo, participamos da formulação do "Emendão", essa proposta, em primeiro lugar, não se aplica, de modo nenhum, àqueles funcionários que estão, hoje, a serviço da União. Essa medida é para frente. Para aqueles que ingressam agora, haveria um novo estatuto de estabilidade. O interessante, Senador Nabor Júnior, e o respeito que tenho por V. Exª, como sabe, é, grande....

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço a V. Exª

O Sr. Jarbas Passarinho — ... é que essa medida veio do Partido de V. Exª, a partir de uma sugestão do Governador Fleury, de São Paulo. S. Exª a apresentou ao Presidente da República, que nos entregou para os trabalhos que estávamos fazendo de composição do texto final do emendão. Mas S. Exª apresentava um princípio de que quem tivesse dez anos de serviço teria, ainda, mantido o estatuto atual da estabilidade e, daí por diante, não teria etc. O que hoje estou sabendo, e já não estou no Governo, é que à proposta que estaria sendo cogitada, ao contrário, até, da posição do Governador Fleury, pretende que seja só para os funcionários que ingressam agora no serviço público. Então, não há necessidade desse pânico, como V. Exª pareceu apresentar logo no começo do seu discurso. O segundo ponto é este, precisamente, o da aposentadoria por tempo de serviço sem limite de idade, Senador Nabor Júnior. Não há um único país do mundo que mantenha a aposentadoria por tempo de serviço sem o limite de idade. Fui Ministro da Previdência duas vezes na minha vida e, na segunda vez, quando fui Ministro da Previdência e Assistência Social no Governo do Presidente Figueiredo, fui à União Soviética, para as exéquias de Antropov, e lá tive a oportunidade de pedir um encontro com dois Ministros da Rússia, não eram Ministros da União Soviética, mas sim da República russa. Uma senhora era Ministra da Previdência e um senhor que era Ministro do Trabalho. A primeira pergunta que fiz foi esta: Apesar de um sistema soviético que foi feito, supostamente, para o paraíso do trabalhador, os senhores conseguiram aqui a igualdade de benefícios entre o campo e a cidade? Não. Foi a resposta categórica que eles me deram. Mas, V. Exª e eu participamos de uma Constituinte, onde se colocou utopicamente que os benefícios do campo são iguais aos benefícios da cidade. Quando na cidade V. Exª, me parece que é empresário, sabe que uma empresa urbana paga só para a Previdência mais de 21% sobre a sua folha de salário. E no campo, ao contrário do que diria o Senador Epitácio Cafeteira, que não que o campo fosse pago pela Previdência Social, fizemos esse pagamento, fui pioneiro dessa iniciativa no Fundo Rural, com o objetivo de chegar à seguridade. E a seguridade é exatamente a abrangência global do habitante no campo da Previdência Social. Por isso a mudança do nome Previdência para Seguridade Social. Ora, Senador Nabor Júnior, o que se pede é que justamente haja um limite de idade como os outros países do mundo têm. Para nós, na Amazônia, a esperança de vida ao nascer era de 40 e poucos anos. A mortalidade infantil acabava com grande parte, e a mortalidade infantil acabava com grande parte, e a mortalidade infantil no Nordeste muito mais. Quando fiz concurso para a Escola do Estado-Maior, por exemplo, para cada mil nascituros, na cidade do Recife, morriam 451

antes do primeiro ano de vida. Hoje estamos com quadro bastante melhorado, ainda que com taxas altas comparadas com o Primeiro Mundo.

Então, peço a V. Exª que é um homem sereno, sensato, e insisto que desde a minha conversa com V. Exª só respeito me causa, que medite um pouco sobre a possibilidade de termos garantia de pagar amanhã, nós que ainda estamos na ativa; somos hoje dois contribuintes da ativa para podermos sustentar um na inatividade. Amanhã, seremos 4,5, e não temos a possibilidade, como a França não teve, e derrubou o sistema introduzindo o sistema de limite de idade. Hoje a população brasileira, o nordestino sobretudo, que me perdoe o Senador Ney Maranhão, que é um dos típicos exemplares do Nordeste, quando ele consegue chegar ao primeiro ano de vida é o mais longo dos brasileiros. Vi isso na própria Previdência. No estudo de esperança de vida ao nascer e, depois, esperança de sobrevivência numa determinada idade, o nordestino é o mais longo. O que foi para mim uma surpresa, pois pensei que era o gaúcho, o paulista. Quando analisei o problema verifiquei que é o nordestino, quando ele consegue passar pela mortalidade infantil. Hoje, estamos vivendo 65 anos em média de vida. Como as mulheres vivem mais do que os homens, há mais viúvas do que viúvos — no meu caso foi, desgrazadamente, o contrário. Tive casos na Previdência Social de aposentado aos 39 anos idade, que vai viver até os 65, 70 anos, e somos nós na ativa que vamos pagar. Aliás, V. Exª no futuro, porque eu já estou no poente, amanhã serei eu o aposentado.

O SR. NABOR JÚNIOR — Não apoiado!

O Sr. Jarbas Passarinho — Isto é um ponto que tem que ser analisado. Peço a reflexão dos Partidos. É evidente que muitas colocações de V. Exª são absolutamente precisas. Primeiro, há que se mudar a Constituição. Claro! Se se pode mudar ou não... Nós mandamos o emendão. O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, que é do Partido de V. Exª, e o Líder da Maioria nesta Casa, que é do Partido de V. Exª, participaram da reunião no Palácio e assumiram o compromisso de votar o emendão tão logo se votassem aquelas medidas imediatas que eles achavam que era possível fazer. Nobre Senador, a partir do momento em que estive no Ministério da Justiça, por mera coincidência, as medidas provisórias deixaram de aparecer, não é verdade? Antes, eram cem, passaram para cinco. Por quê? Porque nós insistimos junto ao Presidente. A economia queria que tudo fosse através de medida provisória, porque o efeito é imediato. Solicitamos ao Presidente que não o fizesse porque iria agredir o Congresso Nacional. Fazemos através de o projeto de lei com o privilégio constitucional da urgência que é deferida ao Presidente da República. Tiramos a urgência, a pedido dos Deputados, inclusive dos Partidos que apoiam o Governo. Matéria sobre portos, patentes e marcas estão lá desde 1º de março do ano passado. Agora, vamos discutir portos, aqui no Senado, já debaixo de uma pressão violenta de lobismo de todas as áreas, porque acham que o que foi feito na Câmara dos Deputados traiu determinados acordos feitos. Quanto à outra parte, estou de acordo com V. Exª, porque já não tenho essa responsabilidade. Não participei do Governo para retirar, por exemplo, os poucos benefícios que o contribuinte tem na questão do Imposto de Renda. Até me lembro bem que o Senador Marco Maciel fez uma proposta ao Presidente da República para que as despesas com educação entrassem no desconto e agora o projeto, como V. Exª mostra, também

vai retirar isso. Vão-se retirar novamente as despesas médicas e o próprio desconto com a Previdência. Então, neste ponto, já estou desvinculado com o Governo e com isso acho que ir matérias que venham de lá para cá sem que tenham a minha assinatura no passado. Agora, no passado, gostaria de pedir a reflexão de V. Ex^a

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço o seu aparte e gostaria de tecer considerações a respeito de dois pontos que V. Ex^a abordou, começando pela estabilidade do funcionário público. Sou inteiramente favorável a esse instituto, ainda porque, Senador Jarbas Passarinho, a Constituição já diz que só se pode ingressar no serviço público mediante concurso. Aí sim, o que devíamos era exigir o cumprimento desse dispositivo, inclusive porque o funcionário público concursado não tem estabilidade durante os dois primeiros anos, só a adquirindo após esse estágio probatório.

Este sempre foi um postulado indiscutível — ao contrário, admito — da Disposição Transitória que assegurou a estabilidade dos Servidores que contavam cinco anos de contratação quando a Carta foi promulgada, em 1988. É óbvio que isso beneficiou muitos não-concursados, mas foi uma decisão consciente e consensual da maioria dos Srs. Constituintes.

Mas, agora, creio que, restringindo a admissão no serviço público às exigências do concurso e só concedendo estabilidade dois anos depois, sana-se a situação.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu até aduziria um argumento ao lado do seu. Muitos funcionários não fizeram concurso, porque, como V. Ex^a acaba de dizer, ingressaram sem concurso, como interinos, mas sujeitos à necessidade de um concurso no prazo de dois anos. O Governo, contudo, não fez o concurso. Quando cheguei ao Ministério da Previdência pela primeira vez encontrei lá um volume de dispensa de 1.500 interinos. Ganhei até um editorial consagrador de *O Globo* me chamando de demagogo, porque eu tinha justamente parado a demissão desses interinos. E por que parei? Porque fui verificar que, em primeiro lugar, os interinos não tinham feito o concurso, porque concurso não houvera, em segundo, porque eles tinham mais de cinco anos de serviço, somados com o tempo de serviços que tinham em outras áreas públicas; consequentemente, eram estáveis. Também defendo o princípio da estabilidade mediante concurso, como V. Ex^a coloca muito bem. Agora, o que vimos lá no Governo, e aí seria interessante, Senador, discutirmos esta matéria com um pouco da experiência que trago de lá; nem sempre tivemos a oportunidade de discutir isto juntos; eram sempre os Líderes. O que está se passando é o seguinte: a quantidade de pessoas que ingressaram no serviço público sem concurso e que depois se tornaram estáveis faz com que, hoje, a despesa de determinados Estados — e os Governadores estão interessados nisso, inclusive os Governadores do PMDB — e da União chega a ultrapassar em cerca de 80% os seus recursos arrecadados, apenas com pagamento de pessoal. E há excesso de pessoal. Existe até aquela brincadeira de que quando havia greve no serviço público — a Esplanada ficava mais ou menos vazia — com os poucos que entravam, era o melhor momento de rendimento do serviço público, porque os que estavam fora ajudavam, pela sua ausência, o rendimento crescer pelos poucos que trabalhavam. Então, se V. Ex^a perguntar aos Governadores do PMDB, eles dirão que estão de acordo com esse quadro, tanto que eu lhe disse que foi o Governador Fleury quem primeiro sugeriu. Mas concordo com V. Ex^a, porque seria a garantia em relação à vida futura. Eu, por exemplo,

me senti tranqüilo, sabia que iria ter uma vida espartana quando fiz concurso para a Escola do Estado-Maior. Ninguém pode pensar em entrar no Exército para ser rico, mas eu tinha a segurança do meu emprego. Sabia que, a partir do momento em que tive uma carta patente assinada pelo Presidente da República, eu só podia deixar de ser oficial mediante processo. Essa garantia, concordo com V. Ex^a, é um princípio; mas quando fazemos isso com o servidor público e não pensamos no trabalhador, como vai ser? V. Ex^a foi Constituinte comigo, o Senador Ney Maranhão também. O que aconteceu? Houve aquela tendência de fazer a estabilidade no primeiro dia; depois, estabilidade com noventa dias, e o líder da hoje chamada Força Sindical disse: “Eu não quero isso, porque com menos de noventa dias vão demitir todo mundo, e vai haver um rodízio imenso em relação a essa possibilidade”. Somos do tempo em que havia estabilidade aos dez anos de serviço. Quantos patrões demitiam seus empregados com nove anos de serviço, para não deixar que ele chegasse ao décimo? Porque havia o reverso da medalha: muitos que chegavam ao décimo ano de serviço, a partir daí, não trabalhavam. Desculpe V. Ex^a, mas até nesse estou de acordo em que a estabilidade é um princípio que deve dar garantias quanto à segurança do trabalhador, seja o trabalhador de colarinho branco — não o criminoso, mas o trabalhador burocrata — seja o trabalhador que não tem colarinho. Mas todos são criaturas humanas, e, se achamos que no serviço público devemos proporcionar estabilidade, por que não estabelecer o mesmo princípio para aqueles que trabalham nas fábricas, nos campos etc.?

O SR. NABOR JÚNIOR — Concordo com as observações de V. Ex^a no que tange à estabilidade para o trabalhador comum, o trabalhador das empresas privadas. Todos têm o direito de ter estabilidade no seu emprego, para evitar essa situação de instabilidade emocional, familiar, por não ter garantia de permanecer no emprego. O problema da estabilidade precisa ser analisado com muita cautela, porque ele pode se transformar, também, num fator de perseguição política.

Digamos que o instituto da estabilidade seja modificado, para que o funcionário público só a adquira depois de cinco ou dez anos de serviço. Um prefeito ou governador, quando o funcionário estiver com quatro ou cinco anos de serviço, pode demitir esse funcionário e, em lugar dele, admitir outro. O que temos que exigir é o ingresso no serviço público, conforme estabelece a Constituição, mediante concurso público. O cumprimento desse dispositivo constitucional está sendo objeto, inclusive, de regulamentação no projeto da nobre Deputada Rita Camata, pelo qual os Estados e municípios não poderão gastar mais do que 60 ou 65% com o pagamento de pessoal. Isto é fundamental.

O Sr. Jarbas Passarinho — A propósito, nobre Senador — desculpe interrompê-lo —, por que não se vota essa matéria? Por que ela está presa no Senado? Qual é o Partido que está segurando isso?

O SR. NABOR JÚNIOR — O PMDB está analisando o projeto, pois ele tem várias implicações.

O Sr. Jarbas Passarinho — Há quanto tempo?

O SR. NABOR JÚNIOR — O projeto está sendo objeto de análise por parte da nossa Bancada, porque, da maneira como foi proposto, ele vai inibir a concessão de aumento para o funcionalismo. Se essa despesa chegar aos 60% ou 65% da folha de pagamento, não se pode mais conceder au-

mento aos funcionários, congelam-se os seus salários. Mas a inflação está aí em torno de 20%, 23%, 25%, apesar das enfáticas declarações do Ministro da Economia, que ouvi hoje no noticiário do rádio, prevendo que no mês de julho ela vai diminuir. O Sr. Ministro já vem dizendo isso há muito tempo, mas infelizmente não estão se cumprindo as suas promessas. S. Ex^a está contando com a possibilidade de, no mês de julho, a inflação cair do nível em que está, de 23%. No projeto, a Deputada Rita Camata congela os salários; mas, se a inflação continuar a subir em torno de 20% a 25%, evidentemente isso vai criar uma situação de muita dificuldade para os trabalhadores, para os funcionários de um modo geral.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu não queria ser impolido com V. Ex^a, mas é curioso que esse projeto da ilustre Deputada Rita Camata, integrante do PMDB na Câmara, tenha sido aprovado pelo PMDB na Câmara, como estava. Eu não compartilho do ponto de vista de que “veio da Câmara, devemos aprovar de qualquer maneira”. É preciso, entretanto, que se discuta essa matéria mais rapidamente, senão terminaremos o ano de 1992 sem uma solução para esse problema.

O SR. NABOR JÚNIOR — O projeto está sendo objeto de análise por parte de uma comissão representando a Bancada do PMDB, e tenho certeza de que ele será votado dentro de poucos dias, ilustre Senador.

O Sr. Beni Veras — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Beni Veras — Compartilho da idéia de que a estabilidade não é um instituto que ajude a nossa sociedade a progredir e a se modernizar. A natureza humana é tocada por desafios, pela necessidade de superar, pelo desafio de ter de progredir, estudar, desenvolver as suas capacidades. O serviço público e o serviço privado, a esse respeito, não têm grande diferença. Deveriam ambos ser tocados pela busca do melhor resultado do trabalho, na medida em que criamos institutos que inibam a necessidade de que as pessoas estudem, se desenvolvam e treinem para ser mais produtivas, fazemos uma sociedade menos capaz de responder aos desafios dos nossos tempos. A meu ver, e peço desculpas pela divergência com V. Ex^a, a quem tanto respeito, a estabilidade é um instituto antigo que atrasa a nossa sociedade. Acredito que o ingresso no serviço público deva ser necessariamente por concurso; mas, ingressando no serviço público, a pessoa deve continuar sendo desafiada a cada dia a se desenvolver e a buscar conhecimentos novos, de tal maneira que possa prestar à sociedade um retorno melhor do seu trabalho. O que há de fato na essência da questão é que a sociedade precisa receber dos que trabalham no serviço público uma resposta à paga que ela faz aos que trabalham no serviço público. Concordo em que a aposentadoria por tempo de serviço é uma coisa aberrante. Veja V. Ex^a, no presente momento, um professor universitário aposenta-se aos 25 anos. Incredivelmente, criou-se uma fórmula pela qual, ao chegar aos 25 anos, ele é estimulado a se aposentar. Se se aposenta aos 25 anos ele tem um estímulo de 30% sobre o seu salário, uma promoção por assim dizer. Pois bem, como ele tem direito a fazer cursos de mestrado e doutorado na condição de professor, e esse tempo de estudo conta como tempo de serviço, ele pode usar até sete anos para fazer os referidos cursos. Vinte e cinco anos menos sete são dezoito. E ele pode fruir, nesses vinte e cinco anos, quatro licenças-prêmio, ou seja, pode se aposentar com dezesseis anos de serviço real. Ora, a Nação gasta com esses treinamentos para

mestrado e doutorado e aposenta o cidadão com dezesseis anos de serviço real, numa idade potencial de 45 a 50 anos, no momento em que o professor universitário se acha no auge de sua produtividade. Acho isso um desperdício aberrante, que não faz nenhum sentido. E dou um exemplo concreto a V. Ex^a. A Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará treinou a maioria de seus professores na Universidade do Arizona, na Escola de Agronomia, que é uma zona também semi-árida. Esses professores — aproximadamente treze —, quando voltaram para o Ceará, deram uma nova dimensão à escola. Nesse ponto, chegaram à condição de poderem se aposentar. Aposentarem-se, então, com 50 anos em média. A escola ficou vazia, o dinheiro público gasto com o treinamento dessas pessoas, que chegaram ao auge da sua capacidade produtiva; e foram dispensados do serviço público. Isso é um desperdício que o Brasil não pode assumir. E é toda a população pobre que paga esse custo. As pessoas que trabalham, que lutam duramente é que estão sustentando essa nova classe que estamos criando pela nossa generosidade. Acho que se temos que ser generosos, que sejamos com os pobres. Peguemos esses recursos e vamos distribuí-los sob a forma de saúde, de educação. Não há qualquer beleza em concentrar os recursos nacionais nas corporações, que se beneficiam enormemente disso, levam uma vida bastante melhor, enquanto são insensíveis às condições de vida da maioria da população.

Veja V. Ex^a, defendemos as corporações de médicos, por exemplo, que reivindicam fortemente salários em todo o País, e não nos lembramos de que uma greve de médicos não é paga pelo Governo, e sim pelos pobres que vão aos institutos, sofrer, buscar serviços médicos, que não encontram; pobre é tratado aos pontapés no serviço médico público federal. Sabe-se que isso acontece em todo o País. Então, eu não vejo razão para termos essa atitude protecionista, sob a alegativa de querermos ser justos com a população brasileira, e estamos sendo injustos com ela. Apenas estamos sendo bons, generosos, com a camada que tem voz, que aparece, que revela a sua opinião, que participa da formação da opinião pública das capitais. Mas aí, o “Brazilão” que está aí, dos grotões, do Nordeste, do Norte de V. Ex^a, esse não é beneficiado pelas corporações. Então, a nossa generosidade, no caso, significa uma crueldade para com a grande maioria dos brasileiros que precisa receber um serviço melhor. Obrigado.

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço, ilustre Senador Beni Veras, o substancial aparte de V. Ex^a ao meu discurso.

Eu jamais negaria que existem, realmente, essas distorções no serviço público. E nós precisamos corrigi-las! Um professor se aposentar com 16 anos de serviço ou até com 25 anos, é uma injustiça que se pratica com os outros trabalhadores, que só obtêm tal benefício após 35 anos de contribuição.

Mas, afigura-se igualmente odioso esquecer a baixa expectativa de vida do povo brasileiro, estatisticamente comprovada na casa dos 60 anos de idade. prender ao serviço ativo quem tem mais de três décadas de trabalho, forçando-o a aguardar uma idade improvável, chega a ser crueldade e insensibilidade, os defeitos mais graves do homem público. Porque a imensa maioria dos contribuintes vai morrer antes de aposentar-se, caindo na inatividade eterna sem ter tido a chance de desfrutar do merecido otium cum dignitate.

A nossa preocupação — minha e, creio, de V. Ex^a — é com as categorias menos favorecidas. Vamos corrigir essas anomalias do serviço público, de médicos, professores etc.;

mas não vamos punir aquele trabalhador que integra a grande maioria de subpagos, maior contingente de candidatos aos benefícios previdenciários. Estudemos o caminho justo, eliminando privilégios, mas não sacrifiquemos ainda mais quem já está condenado à miséria e às carências decorrentes dos baixos salários!

Essa questão, estabilidade ou não no serviço público, é controversa e disso damos prova, agora, ao divergirmos, democraticamente. Acredito que a moralização se fará através da exigência incondicional de concurso público para o ingresso nas carreiras, franqueando a todos os cidadãos iguais oportunidades, premiando o mérito. Não aceito, em contrapartida, a simples extinção da estabilidade, pois poderá permitir perseguições políticas, demissões, substituições injustas.

Não tenho, entretanto, posições preconcebidas sobre esses assuntos. Meu partido, o PMDB, tem o maior interesse em sua apreciação tempestiva.

Quero retornar, agora, ao aponto central deste discurso: a proposta de reforma fiscal anunciada pelo Governo, que desmente, logo de saída, a alardeada intenção de reduzir a carga tributária e torná-la melhor distribuída entre os extratos da sociedade. Dizia-se que os impostos seriam reduzidos e que o número de contribuintes seria aumetado — mas ninguém poderia acreditar que isso viria a acontecer através de taxaço de trabalhadores que hoje são isentós porque são pessimamente remunerados.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com prazer, ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Ney Maranhão — Senador Nabor Júnior, V. Exª traz hoje ao Plenário um assunto de muita importância para todas as camadas da população brasileira, principalmente para a classe assalariada. Concordo com V. Exª no que concerne à estabilidade dos trabalhadores. O pronunciamento de V. Exª é muito justo e mostra que devemos precaver-nos contra perseguições de governadores, prefeitos. Associo-me ao pensamento de V. Exª, que considero muito certo. Em relação ao tempo de serviço, ouvi atentamente o aparte do Senador e ex-Ministro Jarbas Passarinho. Acredito que S. Exª tem toda razão, principalmente pela experiência que tem no Ministério da Previdência. Quero chamar a atenção de V. Exª para esse projeto aprovado na Câmara, inclusive o projeto é de autoria de um membro do seu Partido, o Projeto Rita Camata. V. Exª acaba de citar que todos só podem entrar para o serviço público através de concurso. É o que devia ter sido feito, e é o que deve ser feito, e não abrimos exceção. É por isso que existem essas brechas nas prefeituras, nos Estados, na área federal; excesso de funcionários. Com esses excessos de funcionários a folha sobe, e com isso o Governo não pode pagar aquilo que o funcionário também merece. Acredito que esse projeto da Deputada Rita Camata, para controlar despesas, fará com que os governantes, o prefeito, o governador pensem duas vezes antes de contratar pessoal em excesso. Dentro dessa linha, V. Exª sabe que existe hoje — na área do Sul muito, mas no Nordeste muito mais — quem não receba nem o salário mínimo — o anterior — quanto mais esse. O que quer dizer isso, Senador? Excesso de funcionários. Então, esse projeto do PMDB, na pessoa da Deputada Rita Camata, é moralizador, é um projeto que o prefeito ou o governador dizem: "Olha, eu não posso aumentar a despesa mais do que isso". V. Exª sabe que uma grande parte das ambulâncias das prefeituras estão quebradas nas garagens,

mas o carro do prefeito, chapa branca ou chapa de bronze, diplomata, está em sua porta. A irresponsabilidade e em certas áreas é gritante, Senador, e isso vai fazer com que haja um freio nessas despesas. Penso que V. Exª como ex-Governador, conhecedor profundo dessa área administrativa deve assumir essa bandeira aqui no Senado, para que aproveemos rapidamente esse projeto da Deputada Rita Camata, que pertence ao Partido de V. Exª

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado a V. Exª pelo oportuno aparte. E, mais uma vez, reafirmo a disposição do meu partido, o PMDB, de votar esse projeto, que está sendo analisado. Ele contém algumas impropriedades, objeto de ampla avaliação por parte da Liderança do Partido, mas é pacífico que se trata de um projeto moralizador. Concordo inteiramente com a argumentação de V. Exª, porque no meu Estado, inclusive, está acontecendo isso, Senador. Existem prefeitos irresponsáveis, que admitem funcionários supérfluos e, depois, limitam-se a pagar a folha de pessoal. Todos os recursos transferidos para muitos municípios, inclusive no meu Estado, são direcionados exclusivamente aos salários do funcionalismo.

Eu tenho dito que, quando era Governador, muitas vezes me insurgi contra pedidos para admissão de funcionários, provando que num município que tenha mil funcionários e 25 mil habitantes, sua receita é gasta exclusivamente com mil cidadãos, os funcionários, e os outros 24 mil residentes, que trabalham e que também pagam impostos, ficam absolutamente à margem de qualquer benefício ou serviço público.

Sempre me insurgi contra isso. Creio que se deve, em primeiro lugar, até mesmo penalizar os que admitiram funcionários sem o concurso público exigido pela Constituição de 1988. Em segundo lugar, tão logo se cumpram as enfáticas promessas do Governo, assim que a inflação estiver contida e a economia se estabilizar, fixem-se parâmetros realistas de comprometimento das verbas estaduais e municipais com os respectivos quadros funcionais — que é o louvável objetivo do projeto da Deputada Rita Camata, proposta digna de receber o apoio e as correções devidas durante sua tramitação na Casa revisora, o Senado Federal. Estou certo de que a estimada colega não deseja reduzir a Câmara Alta à condição de mera carimbadora dos processos oriundos do Plenário vizinho, pois as regras democráticas do bicameralismo são consagradas na estrutura parlamentar do Brasil.

O Sr. Esperidião Amin — Permite-me V. exª um aparte, Senador Nelson Junior?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer, ouço o aparte do nobre Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin — Creio que é muito oportunizar, Sendor Nabor Júnior, a abordagem deste tema, é muito oportuno que seja feita nesse período que vai mediar o recebimento, pelo Presidente da República, do texto elaborado pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, com toda a audiência que houve com governadores e com vários setores da sociedade brasileira; considero muito importante que, nessa oportunidade, se faça essa abordagem dos principais pontos do chamado ajuste fiscal. Aqui, assistimos, hoje, à abordagem principalmente de dois aspectos: o aspecto tributário e esse aspecto de custeio, se desdobrando na questão da estabilidade do funcionalismo público e da aposentadoria. Quero me ater especialmente a este último tópico. Pelo que está anunciado, e como V. Exª salientou, e é preciso aqui repetir, não existe

uma definição ainda do Governo. A definição do Governo se materializará quando o Presidente da República encaminhar aquilo que for pertinente da proposta do Ministro da Economia, ratificando ou retificando o chamado Emendão, que já foi encaminhado no ano passado, como nos lembrou aqui o Senador Jarbas Passarinho. Nesta questão do custo do aposentado no Brasil nós estamos realmente chegando a um limite de decisão que é inelutável já. Por isto, eu entendo que o Governo está sendo prudente ao cogitar de adotar os pressupostos de custeios, os pressupostos atuariais para custear a aposentadoria apenas para os que vierem a ingressar no mercado de trabalho. Este é o enunciado que está sendo dado, se não estou mal informado. Este é o enunciado que toda imprensa trouxe a sociedade brasileira. Ou seja, o que vai ser fixado em termos de aposentadoria por idade e não exclusivamente por tempo de serviço valerá para os que vierem a ingressar no mercado de trabalho. Creio que isso é uma providência prudente que o Governo enuncia para uma questão nevrálgica, como foi salientada pelo ex-Ministro Jarbas Passarinho, uma vez que o custeio da aposentadoria no Brasil já assumiu características eminentemente críticas. Por isso que é oportuno assistirmos a esse seu pronunciamento, mas quero aqui salientar que, pelo menos nesse aspecto do enunciado para aposentadoria, o Governo está sendo prudente e está tentando o possível, ainda que de colheita ou de resultados a longo prazo.

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado a V. Ex^a

Nesse aspecto, inclusive, Senador Esperidião Amin, nós poderemos ter duas categorias de segurados da Previdência Social: os que já se aposentaram, dentro da atual legislação, aos trinta e cinco anos de serviço e, em alguns casos, até com trinta anos e, em outros, com vinte e cinco anos, porque a legislação permite a aposentadoria precoce; e outros que só se aposentarão quando passarem de sessenta e dois anos de idade, mesmo após trinta e cinco ou quarenta anos de serviço.

O Sr. Esperidião Amin — Mas, se o Governo está propondo isso para os que entrarão no mercado de trabalho, V. Ex^a não pode aplicar aos que vão entrar no mercado de trabalho o número da expectativa de vida que é a atual. Não é um raciocínio correto, V. Ex^a vai me permitir.

O SR. NABOR JÚNIOR — É, mas não podemos...

O Sr. Esperidião Amin — Veja bem, se vai entrar agora, e trabalhará trinta anos, não temos como argumentar que daqui a trinta anos a expectativa de vida do povo brasileiro venha a ser a mesma de hoje.

O SR. NABOR JÚNIOR — Considerando a evolução das estatísticas nas última décadas, acredito que essa perspectiva venha a melhorar muito, Senador!

O Sr. Esperidião Amin — Basta olharmos o que aconteceu nos últimos trinta anos. Basta isso. Vamos supor que não melhore e nem piore, em relação à média dos últimos trinta anos; haverá, sem dúvida alguma, um alongamento.

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Ex^a

Vou concluir, Sr. Presidente, reafirmando a importância de um ponto fundamental nesse projeto tributário e previdenciário do Governo: a mudança nociva nos critérios de repasses orçamentários para Estados e Municípios. Cito como exemplo o meu Estado, o Acre, cuja única atividade comercial perene

— a heveicultura — encontra-se totalmente superada. Sem indústrias, vive quase exclusivamente dos repasses do Fundo de Participação, assim como seus municípios.

Essa receita transferida representa, hoje, 85% da receita orçamentária global, o que atesta a inoportunidade de qualquer redução de seu valor.

Considero este projeto, nos termos anunciados, muito injusto para com as Unidades mais pobres da Federação, como são os Estados do Norte e do Nordeste. É importante lembrar: vivemos numa Federação que busca o equilíbrio entre seus componentes — e se os repasses federais pouco ou nada representam para Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, são vitais para o Acre e seus irmãos nordestinos, que auferem de 50 a 60% de suas receitas nessa fonte.

O Projeto, portanto, da maneira como está anunciado pela imprensa, quer reduzir esses repasses para os Estados e os Municípios. E, ainda uma vez, vai prejudicar as regiões mais carentes da Federação, incluindo-se aí os estados do Norte e do Nordeste, principalmente o Estado que represento nesta Casa, o Acre.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Com a palavra o nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi do Assessor Especial para Assuntos Internacionais, do Governo de Pernambuco, um fax, que passo a ler para o Plenário do Senado Federal:

PAGS./PAGES:

Exm^o Sr.

Para Senador Ney Maranhão

2-7-92.

De Pedro Thomé de Arruda Filho

Senhor Senador,

Para conhecimento de V. Ex^a, encaminho-lhe fax por mim endereçado a Sua Excelência o Senhor Governador Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, nesta data.

Atenciosamente, **Pedro Thomé de Arruda Filho** — Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Governo de Pernambuco.

Brasília-DF, 2 de julho de 1992.

Para: Excelentíssimo Senhor

Doutor Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

M.D. Governador do Estado de Pernambuco

Recife-PE

Fax nº 001 — 424.4636

De: Pedro Thomé de Arruda Filho

Assessor Especial do Governador para Assuntos Internacionais:

Brasília-DF

Fax nº 061 — 223.8122

Senhor Governador,

Para conhecimento de Vossa Excelência, tenho o prazer de informar-lhe que estará em Recife, no período de 4 a 7 de julho, uma Delegação de TAIWAN, sob a chefia do Senhor T.W.WANG, Representante do "Sino-Brasil Industrial And Community Park Plan".

Além do aludido Senhor, compõem a Delegação de TAI-WAN as seguintes pessoas:

- Senhor H.H. Tseng
- “Sino-Brasil Industrial And Community Park Plan”,
- Senhor Liu Shie Toh
- Diretor da “S.K. Royal Imp. e Exp. Ltda “(São Paulo);
- Senhor Paulo Ho
- Sócio da JCN Informática (São Paulo);
- Senhor Les Lin
- “Linsons Company, Ltda.”,
- Senhor Shin — Hung Lo
- Gerente Geral da “Great Foreman Co., Ltda”;
- Senhor Peter Yu

Assessor para Assuntos Asiáticos do Senador Ney Maranhão;

Por oportuno, informo-lhe haver recebido a Delegação mencionada na nossa Representação em Brasília (29-6, à tarde), ocasião em que me foi entregue uma carta do Senador Shin Liang, Chang, na qual ele afirma que o Senhor Wang identificará *in loco* as oportunidades para investimentos em Pernambuco, preparando, desta forma, a sua visita ao Estado no próximo mês de agosto.

Neste sentido, espera o Senhor Wang a confirmação do Governo de Pernambuco quanto à doação de um terreno (provavelmente em Suape ou na Suape) para a implantação de indústrias de Taiwan no Estado, além do estabelecimento de contato com empresários dos seguintes setores:

— Metal Mecânico (produção de ferramentas e equipamentos);

— Eletrônico (produção de chips e derivados);

— Agroindústria (frutas tropicais e processamento);

Mineração;

Plásticos (extrusão e injeção de moldes);

Produção de Motocicletas de 50 — 90 cilindradas;

Para tanto, estarei coordenando um Programa de Agenda que inclui os seguintes pontos:

6-7 (Segunda-feira)

00hs às 12:00h — visita ao Complexo Industrial — Portuário de SUAPE para reconhecimento do terreno onde serão implantadas as indústrias de Taiwan.

14:00h às 15:00h — Reunião de Trabalho na AD/DIPFR com empresários do Setor Eletrônico — Produção de Chips e Derivados;

15:30h às 16:30h — Reunião de Trabalho na AD/DIPER com o Sindicato das Indústrias de Plástico de Pernambuco;

17:00h — Reunião de Trabalho na AD/DIPER com o Setor de Mineração;

7-7 (terça-feira)

08.30h às 09:30h — Reunião de Trabalho na AD/DIPER com o Setor da Agro-Indústria (Frutas Tropicais e Processamento);

10:00h às 11:00h — Reunião de Trabalho AD/DIPER com o Sindicato das Indústrias Metal — Mecânicas;

11:30h — Reunião de Trabalho na AD/DIPER para a produção de moto-cicletas em Pernambuco de 50 a 90 cilindradas;

15:00h — Reunião de Trabalho com os Secretários de Estado Celso Sterenberg e José Lindoso, na SICT/PE.

Sendo o que se me oferece ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os meus protestos da mais elevada estima e distinta consideração. — **Pedro Thomé de Arruda Filho.**

Sr. Presidente, há cinco anos venho me batendo na tribuna do Senado, com o apoio dos companheiros, para alcançar

um objetivo que considero de fundamental importância: a aproximação da República da China com o Brasil. Sabia eu, Sr. Presidente, que a Ilha de Formosa, menor do que a Paraíba, iria surpreender o mundo com sua alta capacidade tecnológica e financeira.

Hoje, a Ilha de Formosa, República da China, tem a maior reserva cambial do mundo, ou seja 90 bilhões de dólares e mais 20 bilhões de dólares em lastro/ouro. Eu tinha certeza absoluta de que os chineses queriam investir em nosso País, dependendo somente de algumas facilidades de investimento e competitividade, facilidades estas que já foram sinalizadas no Governo do Presidente Collor.

O Congresso Nacional teve sensibilidade, quando eu e o Senador Odacir Soares fizemos um memorial ao Presidente da República da época, o Senhor José Sarney, e ao Ministério das Relações Exteriores, alertando para as facilidades comerciais que o Brasil tinha que conceder a Taiwan. O Congresso, através desse memorial assinado por quase 400 Congressistas, sensibilizou o Itamaraty. Os chineses esperavam, às vezes, três, quatro, cinco meses para receber seus vistos provisórios, com dinheiro no bolso, dólar no bolso para comprar no Brasil. Hoje as coisas estão praticamente normalizadas: o Itamaraty tem dado as facilidades que são necessárias. Os chineses de Formosa, atualmente, recebem um visto provisório em oito ou dez dias e, em breve, o receberão em 24 horas na própria capital de Formosa, Taiwan, onde o Ministério das Relações Exteriores, com ordens diretas do Senhor Presidente da República, está fazendo uma reforma no escritório comercial do Brasil naquele País.

A CNI e a FIESP irão colaborar decisivamente, na pessoa do Presidente da CNI, o Senador Albano Franco, e do Presidente da FIESP, Dr. Mário Amato, dando uma contribuição para o apoio logístico dos empresários que vão a Formosa contactar com os empresários chineses.

Eis o motivo, Sr. Presidente, de eu defender da tribuna do Senado, defender de onde posso, o Governo do Presidente Fernando Collor. Anteriormente, quando eu viajava para aquelas paragens, chegava em Pequim, em Saigon, em Tóquio ou em Shangai e pedia uma ligação a cobrar para meu gabinete aqui, tinha o desprazer e a vergonha, Sr. Presidente, de ouvir da telefonista as palavras: **no cash**. Não tinhamos crédito nem para um telefonema.

Com todos os erros do Presidente Collor que a Oposição aponta — com alguns dos quais eu até concordo, não vamos tapar o sol com a peneira — hoje estamos vendo já a mudança do pensamento das nações que estavam com relações cortadas, financeiramente, com o Brasil. Estávamos não em uma concordata, mas estávamos mas estávamos em uma pré-falência. Estão aí os entendimentos com o Clube Paris, estão aí os entendimentos com o FMI e com os bancos credores. Dentro dessa linha e dentro dessa linha já citada, tem um reflexo: já tem aquilo que nós, no Nordeste, como São Thomé, acreditamos: ver para crer. No Nordeste, não só a China, Formosa, mas a China continental, já estão investindo, só em Pernambuco, mais de 40 milhões de dólares e a visita dessa delegação é uma precursora de uma delegação de 30h empresários que virão a Pernambuco e Brasil — é o reflexo da viagem para a qual eu convidei o Governador Joaquim Francisco que, é um homem sensibilizado e que tem a visão do futuro, sentiu o interesse que o Senador teve desde o início, para que houvesse essa aproximação comercial com a República de Formosa. S. Ex^a foi convidado do Governo de Formosa, onde estivemos juntamente com o Superintendente da Sudene, Dr. Alio-

naldo Magalhães. Estão aí, os frutos que já começam a prosperar com os investimentos em Pernambuco. Tenho absoluta certeza de que essa visita precursora que acabo de citar, através deste fax, aqui na tribuna do Senado, será complementada pela visita do Sr. Senador T.W. Wang, em agosto, com esses empresários, onde haverá, em Pernambuco, um investimento de, no mínimo, acima de 200 milhões de dólares. Isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, significa a confiança no Governo brasileiro, a confiança no Presidente Fernando Collor, que está tentando mudar a imagem deste País para melhorar a competitividade, melhorar, acima de tudo, com as áreas internacionais, o comércio, para o desenvolvimento do Brasil.

Assim sendo, Sr. Presidente, quero me congratular com o Governo de Pernambuco por estar recebendo essa delegação estrangeira. Tenho certeza de que, em agosto, será coroado de êxito esse nosso trabalho que há cinco anos venho fazendo aqui da tribuna do Senado com o apoio dos meus companheiros do Congresso.

Esses investimentos significam um bem para o Nordeste pois não vão ficar circunscritos, Sr. Presidente, a Pernambuco; serão estendidos a todo o Nordeste.

O Governador do Ceará, homem progressista, governa um Estado onde temos uma administração ímpar, uma administração séria, correta, honesta e que está chamando a atenção de todo o Brasil.

O Governador Ciro Gomes, na ocasião em que esteve aqui o Ministro das Finanças de Taiwan, fez contatos com as altas autoridades e com os empresários que faziam parte da comitiva do Ministro da Economia de Formosa.

Transmito aqui ao Senador Beni Veras, grande representante do Estado do Ceará, a maneira como o Governador do Estado, Ciro Gomes, tratou os assuntos de interesse do seu Estado, o Ceará, com o Sr. Ministro chinês, tanto que S. Ex^a e sua delegação ficaram deveras impressionadas com a competência e com o pé no chão que tem o Governador do Ceará no que se refere à sua administração e aos seus conhecimentos na área internacional.

Tenho certeza absoluta de que o Ceará será um dos Estados que mais se beneficiarão, em função dos investimentos que a República de Formosa e a China Continental farão.

Quero dizer, neste instante, ao Senado da República que, quando falo China, refiro-me a Formosa, a Hong Kong e à China Continental, que será o país do Terceiro Milênio, serão o país que vai levar o mundo procurá-los permanentemente, porque, queiram ou não, é da Ásia que estão começando a sair os grandes investimentos, a grande tecnologia do Terceiro Milênio. É devido a isso que nós, Congressistas, cada dia mais, nos aproximaremos da Ásia, do Japão e do grande país que é a China, para nos entrelaçarmos em comércio, para o desenvolvimento das nações asiáticas e do Brasil, principalmente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS (PSDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, os últimos dias não têm dado muita chance para que se discuta outra questão que não sejam as questões institucionais que têm dominado completamente os debates e a preocupação dos nossos políticos, da nossa imprensa e do nosso País. Desta maneira, venho trazer aqui ao debate as questões das desigualdades interregionais brasileiras; sinto-me até des-

locado, mas acho que nós não podemos perder de vista, apesar da crise institucional que se vive no presente momento, nós temos por trás de nós um grande país, um imenso país que vive, que trabalha e que está cotidianamente realizando a sua luta, buscando melhores condições de vida. Em consequência, acho que a questão das desigualdades regionais brasileiras continua merecendo discussão em toda a sua extensão.

Neste final de semestre, é com satisfação que constato um trabalho profícuo, realizado pela Comissão Mista, no decorrer dos últimos meses, ao reunir informações e trazer para o Congresso Nacional a contribuição de eminentes personalidades do nosso País, tanto da comunidade acadêmica como técnica, empresarial e política. Estou certo, Sr. Presidente, de que os trabalhos da Comissão Mista resultarão conclusões e propostas de relevante significado para o desdobramento das políticas de desenvolvimento equilibrado do nosso País.

Os trabalhos da Comissão Mista abrangem o estudo do desenvolvimento equilibrado de toda a Nação brasileira e, portanto, de todas as regiões. Quero destacar aqui, hoje, a região Nordeste, porque se trata da região mais problemática, sob o ponto de vista do atraso no seu desenvolvimento, dos seus problemas sociais e da manutenção de grandes desigualdades, tanto em comparação com as demais regiões como em termos intra-regionais.

O Nordeste, como todos sabemos, foi o berço da economia brasileira. O desenvolvimento da cana-de-açúcar, na Zona da Mata do Nordeste, era, ao tempo da Colônia, a principal atividade econômica que se realizou no País. Complementarmente à cultura da cana, desenvolveu-se a ocupação do interior semi-árido, guiada pela atividade agropecuária. No dizer de Celso Furtado, a pecuária do Sertão era uma projeção da economia açucareira da zona litorânea.

Uma característica da economia do Nordeste era a sua incapacidade de beneficiar a sua população, concentrando os seus benefícios apenas para os usineiros do açúcar. Como disse Celso Furtado, no magistral "Formação Econômica do Brasil", "a atividade da produção do açúcar se realizava praticamente sem que houvesse lugar para a formação de um fluxo de renda monetária. Parte da força de trabalho escrava se dedicava a produzir alimentos para o conjunto da população, e os demais se ocupavam nas obras de instalação e subsequentemente, nas tarefas agrícolas e industriais do engenho (Pág. 63 da 6ª edição de 1964, Editora Fundo de Cultura.)

Na atividade açucareira, os resultados, portanto, eram apropriados pela elite dos usineiros. Quando, a partir da segunda metade do século XVII, se inicia o processo de decadência da cana, as características de concentração continuam na Zona da Mata, enquanto a economia pecuária vai se tornando cada vez mais isolada, assumindo inteiramente as condições de uma economia de subsistência. Dessa forma, afirma Celso Furtado:

"De sistema econômico de alta produtividade a meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando numa economia em que grande parte da população produzia apenas para subsistir." (Op. cit., pág. 82.)

A causa inicial para a queda de rendimento da atividade canavieira foi a crescente concorrência do açúcar produzido nas Antilhas, levado pelos holandeses. Posteriormente à descoberta das minas de ouro de Minas Gerais, contribui para deslocar o eixo da economia brasileira para a região Sudeste,

provocando, inicialmente, aumento no preço dos escravos e emigração de mão-de-obra.

A questão que desejo ressaltar, ao fazer este retrospecto histórico, é que as condições específicas em que se desenvolveu a economia nordestina, com base na cana-de-açúcar, no trabalho escravo e na economia agropecuária de subsistência, não ajudaram a criar um mercado interno na região. Ao contrário, concentravam a renda nas mãos de uma pequena elite, constituída pelos usineiros no litoral e pelos coronéis no interior. Usineiros e coronéis passaram a dominar a força econômica e política, adotando uma lógica de comportamento voltada unicamente para a preservação dos seus privilégios, impedindo que o resto da população — inicialmente os escravos, depois os trabalhadores assalariados em condições de semi-escravidão — participasse dos benefícios das atividades econômicas.

O sistema político do Nordeste foi, durante séculos, dominado pelos usineiros e pelos coronéis. Na verdade, a política dos usineiros e coronéis ainda é viva em muitos lugares, refletindo o comportamento de uma elite retrógrada que teima em não tomar conhecimento dos novos tempos, sobretudo em não reconhecer as vantagens de um mercado mais amplo.

Enquanto isso, no Sul e Sudeste do País, iniciava-se, com forte apoio do Governo Central, já no século passado, um processo de modernização baseado no assalariamento de atividade agrícola e na imigração de trabalhadores estrangeiros livres, trazendo consigo maior nível tecnológico, capacidade inventiva e iniciativa. Nada disso foi direcionado para o Nordeste.

Na virada do século XIX para o século XX, enquanto o Sul e o Sudeste já avançavam no seu processo de desenvolvimento e já se notava, claramente, o processo de concentração econômica em São Paulo, o Nordeste se apresentava como uma região atrasada, voltada ainda para as atividades tradicionais desde o tempo da colonização. A população, entretanto, continuava a crescer, embora o processo de migrações para o Centro-Sul e para a Amazônia já se tivesse estabelecido. Em 1900, a população do Nordeste equivalia a 38,7% da população brasileira, comparada com 46,7% na data do primeiro censo geral, em 1872.

Evolução da População do Nordeste e do Brasil
Dados dos Censos Gerais
em mil habitantes

Ano	Nordeste	Brasil
1872	4.638	9.930
1890	6.002	14.334
1900	6.750	17.438
1920	11.246	30.636
1940	14.434	41.236
1950	17.973	51.944
1960	22.182	70.070
1970	28.112	93.139
1980	34.812	119.003
1990		

Em 1980, há, no Nordeste, 34 milhões, 812 mil habitantes, enquanto o Centro-Sul já dispõe de 119 milhões de habitantes.

Nessa época, o Nordeste começava, de fato, a ser uma preocupação nacional, por causa das secas. A grande seca de 1877 motivara o Governo central a voltar suas atenções

para a região. A primeira ação efetiva, entretanto, só se concretizaria em 1906, com a inauguração do açude do Cedro, no Município de Quixadá, no Ceará. Em 1909, foi criado o DNOCS, com o nome de IFOCS. Durante toda a primeira metade do século XX, o Governo Central viu a sua ação no Nordeste apenas com a preocupação de combater os efeitos das secas enquanto elas aconteciam, esquecendo logo em seguida, enquanto se aliava às elites mais retrógradas dos usineiros e dos coronéis para assegurar que nada mudaria no sistema de poder da região, formando já então o pacto de miséria que ainda persiste nos dias de hoje.

Parece que persiste o pacto entre o Governo e as elites do Centro-Sul e o atraso da Região Nordeste.

O Nordeste não se beneficiou pelo movimento de construção industrial e de implantação da indústria de base, como a siderúrgica, incentivado pelo primeiro Governo de Getúlio Vargas, a partir da década de 30. Da mesma forma, não foi inserido nas políticas ditas nacionais de substituição de importação, que beneficiaram o núcleo hegemônico da economia brasileira, embora tenha pago um preço caro por isso, já que foi uma das principais fontes de geração de divisas para subsidiar as importações de bens de capital para o Centro-Sul.

Parece estranho, mas o Nordeste financiou o desenvolvimento do Sul nos últimos anos com algo em torno de um bilhão de dólares/ano, que era seu superávit de importações.

Os consumidores do Nordeste foram sempre prejudicados ao terem de pagar mais caro pelos bens de consumo durável produzidos no País com elevada taxa de proteção aduaneira.

O que se produziu no Sul, nos últimos 30, 40 anos, tinha preço muito maior do que os preços internacionais. O Nordeste pagava esses preços, de certa maneira, transferindo renda para o Centro-Sul.

Da mesma forma, o Nordeste não se beneficiou do surto desenvolvimentista promovido no Governo Kubitschek, que deu impulso à indústria automobilística e à indústria de base, todo ele voltado para o Centro-Sul. Não só os incentivos ao setor privado, como também as ações diretas desenvolvidas pelas empresas estatais produtoras de bens básicos se voltaram primordialmente para as áreas onde já se observava a concentração das atividades econômicas do País.

Foi preciso que houvesse uma década de grandes secas para que, mais uma vez, o Nordeste chamasse a atenção do Governo Federal. Na década de 50, houve a prolongada seca de 1951 a 1953 e a seca catastrófica de 1958. Essas secas deram origem à criação do Banco do Nordeste, em 1952, e da Sudene, em 1958. No final dessa década de 50 e começo da de 60, a integração do Nordeste ao sistema de transportes do Brasil, com a inauguração da rodovia Rio—Bahia, colocava a nu o estado de obsolescência da tradicional indústria nordestina, cujos equipamentos ainda datavam, freqüentemente, do século passado. A integração dos transportes trouxe de imediato uma crise sem precedentes nessa indústria, sem condições de competir no seu próprio quintal com a industrialização moderna implantada e financiada, em parte, pelo Nordeste, na região Centro-Sul.

Por um momento, a política desenhada por Celso Furtado, no memorável documento "Uma política para o Desenvolvimento do Nordeste", que deu origem à Sudene, representou uma esperança. A proposta de desenvolvimento industrial, articulada com o desenvolvimento da produção de alimentos nos diversos ecossistemas da Zona da Mata, do semi-árido e das novas áreas de fronteira da região (Maranhão e oeste

da Bahia, por exemplo), como a necessária expansão do mercado interno regional, representava uma proposta que despertou grande interesse e grande envolvimento das forças que defendiam o progresso do Nordeste.

O Governo militar, que se seguiu a 1964, entretanto, aliou-se mais uma vez às tradicionais elites retrógradas da região e, mais que isso, reforçando o pacto de miséria com a incorporação também das grandes elites econômicas brasileiras, através do sistema de incentivos fiscais que beneficiava as grandes empresas do País com o perdão de metade do seu Imposto de Renda. Dessa aliança resultou o enfraquecimento imediato da proposta de Celso Furtado e a transformação da Sudene num instrumento a mais para reforço das elites, em vez de um instrumento de promoção do desenvolvimento, como havia sido pensado. As elites sempre conseguem dar a volta por cima, e o Governo Federal e as elites nacionais sempre lhes dão o seu apoio, em detrimento do desenvolvimento da região.

Não quero dizer, entretanto, que o trabalho da Sudene foi inútil. Com os incentivos fiscais, a indústria tradicional e obsoleta foi substituída por uma indústria moderna, que durante duas décadas puxou para cima as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto da região, situando-as acima das médias do crescimento do PIB brasileiro. Entretanto, esse crescimento acabou conservando as características tradicionalmente excludentes da maioria da população, a exemplo da cana-de-açúcar desde os tempos coloniais. O modelo concentrador de desenvolvimento abocanhava os incentivos regionais e o seu pequeno mercado, contribuindo para aumentar as desigualdades do mercado e as desigualdades do desenvolvimento, tanto ao nível inter-regional como intra-regional.

Chegamos, agora, à década de 90, a última do milênio, sem que o Nordeste recupere o atraso em relação ao desenvolvimento brasileiro. A população da região é de cerca de 35 milhões, representando 28% da população total do País. Cada vez mais, a participação da população nordestina se reduz em relação ao total nacional, refletindo a permanência das desigualdades econômicas e sociais do País. Os desníveis econômicos permanecem de forma grave, não apenas nas comparações inter-regionais, mas entre o meio rural e urbano, os bairros elegantes e as periferias das cidades. Nossas grandes cidades, Recife, Fortaleza, Salvador e outras mais são cidades muradas, em que uma elite pequena reside no centro, separada nitidamente da grande maioria das populações da periferia.

Olhando para as perspectivas que se colocam para o desenvolvimento regional no Brasil, com base na projeção das tendências atuais, não há razão para grande otimismo. O desemprego aumenta no País e as propostas de desenvolvimento que se discutem geralmente buscam maximizar o potencial produtivo onde ele já existe, sob o argumento de que aí os retornos serão mais elevados e mais rápidos. As políticas macroeconômicas que o País pratica, como várias vezes foi discutido nas reuniões da Comissão Mista, continuam contribuindo para o agravamento das desigualdades do desenvolvimento no território brasileiro.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Beni Veras?

O SR. BENI VERAS — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — V. Exª está trazendo esta Casa, neste momento, um trabalho profundo, como é característico de V. Exª, mostrando o retrato de uma região que sempre foi esquecida da Sudene, que, acredito, Senador Beni Veras,

tenha sido o começo, o elo propulsor do desenvolvimento do Nordeste, tendo trazido, com ele, a sua conscientização política.

Fui Parlamentar desde os idos de 1954, e as bancadas da Bahia até à Amazônia tinham maioria no Congresso. Raramente nós nos uníamos para fazer qualquer pressão no sentido de eleger um parlamentar nordestino presidente do Congresso. O mesmo acontecia com os presidentes das comissões. Naquela época o presidente da Comissão de Finanças e o Presidente da Comissão de Orçamento eram fortalecidos e respeitados, pois o Congresso era forte assim como o Parlamentar. Nesta época o Senador era procurado pelo Ministro. Mas, nós temos que nos penitenciar, nobre Senador, porque não havia uma unidade no que concerne às bancadas do Nordeste e do Norte, para que nós, num conjunto, reivindicássemos o que desejávamos. Na verdade, tínhamos essa força, mas não sabíamos usá-la. É a verdade nua e crua. Com a criação da Sudene, começou a mudar o pensamento da classe política nordestina. Quando se fala no desenvolvimento do Nordeste, lembro-me bem — e, aliás, sempre repito isso aqui no Senado Federal — daquele que considero o maior Ministro do Governo de Getúlio Vargas, o paraibano José Américo de Almeida. Ele dizia, naquela época, que o Nordeste não precisava de esmolas, mas apenas viabilizar o rio São Francisco, seus açudes, seus barreiros, para molhar as terras calcinadas pelas secas, para tornar-se a Califórnia da América do Sul, para abastecer o Brasil e exportar para o mundo. Isso não aconteceu antes, infelizmente. Mas, graças a Deus, a nossa estrutura política está mudando, está havendo uma conscientização. Mas, anteriormente, se V. Exª era governador — uma suposição —, e estava fazendo uma obra que seria de grande benefício para a coletividade, perdesse a eleição para um adversário, ele, certamente, não continuaria a sua obra. Isso trouxe um grande prejuízo para todos nós, porque se as verbas que o Nordeste carregava fossem bem aplicadas, dentro de um plano quinquenal, de um plano que devesse ser concluído antes que se iniciasse outro, o Nordeste estaria em outra situação. É o caso do José Américo. Se uma parte dessas verbas fosse destinada à irrigação, para molhar as terras calcinadas pelas secas, hoje, o Nordeste não teria apenas 1 milhão, mas talvez 10 milhões de hectares irrigados. A Califórnia, V. Exª a conhece como eu, não tem clima parecido com o do Nordeste, em nada; e não temos terremotos. Todos sabemos que irrigar 1 hectare de terra na Califórnia custa cerca de 40 mil dólares; e na região do São Francisco, no do Nordeste, custaria menos de 11 mil dólares. Então, V. Exª, um Senador que conhece esses problemas, como empresário e como homem representante do bravo Estado do Ceará, um dos mais atingidos pela seca, faz excelente auto-crítica em seu pronunciamento, pela sua visão de futuro, com suas proposições. O Nordeste poderia ser hoje um país dentro do Brasil, do Primeiro Mundo. Parabênz V. Exª pelo trabalho que está fazendo neste momento. E todos nós, do Nordeste à Amazônia, temos que nos conscientizar de que o caminho que temos que seguir é este, o que V. Exª está trilhando e mostrando à Nação brasileira. Meus parabéns.

O SR. BENI VERAS — Senador Ney Maranhão, agradeço a V. Exª o aparte, que ajuda muito a esclarecer a questão, e realçaria o seguinte: nós, no Nordeste, em dado momento, tivemos uma prevalência no espaço político, e nós tínhamos condições de influenciar de fato o Parlamento para poder realizar, na região, o de que ela precisava. Mas, não foi feito em grande parte, porque a nossa elite política era derivada

das elites regionais, que tinham esse vício histórico de trabalhar em torno de si mesmas.

Ela não foi moderna a ponto de perceber que era necessário desenvolver na região uma distribuição de renda mais equilibrada, de tal maneira que as populações pudessem participar da vida econômica. Era uma elite que tinha uma visão a curto prazo, uma visão espoliativa, tirava do povo o que podia sem notar que ao tirar do povo a sua vitalidade econômica, estava prejudicando o seu próprio crescimento econômico. As elites somente cresceriam à medida que a população recebesse benefícios do desenvolvimento. Ela foi estreita e limitada, ao ponto de não perceber esse novos tempos, viviam em regime patriarcal, baseado no latifúndio, com as costas voltadas para a modernidade, sem condições de perceber que estavam caminhando para uma política suicida. A tal ponto que somos surpreendidos hoje, nessa década de 90, a ter regiões sofrendo constante esvaziamento econômico.

Houve, recentemente, um exemplo gritante. A Sudene estimulou o crescimento da região de uma indústria têxtil de razoável vitalidade, fiação, tecelagem, acabamento de tecidos, baseado na cultura do algodão da região. Essa cultura sofre agora o impacto do bicudo, por imprudência, por falta de cuidado das zonas regionais. E toda essa indústria se encontra agora sem condições de permanecer no Nordeste. Nessa comissão tivemos um contato com o Moinho Santista, com a Hering e com a Rhodia, empresas grandes que têm investimentos no Nordeste e que nos disseram estar com um problema: se trazemos a matéria-prima do Sul para o Nordeste pagamos frete, produzimos a mercadoria no Nordeste e voltamos com essa mercadoria para o Sul porque o Nordeste não tem mercado. Essas indústrias sairão de lá, seguramente. É uma realidade econômica com que temos que nos defrontar.

Problema mais sério se coloca nesse momento, provavelmente realçado pela recessão que o País atravessa. Em recente depoimento que acabamos de ouvir na comissão, o Governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, trouxe um vigoroso depoimento referentemente ao Rio Grande do Sul e à Região Sul.

Segundo o Governador Alceu Collares, as causas das dificuldades da Região Sul, atualmente, se devem ao sistema de representação política no Congresso Nacional que, segundo ele, privilegia a representação nordestina e do Norte. Estariam, segundo S. Ex^a, sendo governados por nordestinos e nortistas, o que refletiria o menor volume de recursos orçamentários destinados ao Sul.

Até disse ao Governador Alceu Collares que faria um treinamento para me habituar à nova condição de explorador da Região Sul.

O Sr. Carlos Patrocínio — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BENI VERAS — Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Carlos Patrocínio — Nobre Senador Beni Veras, inicialmente, gostaria de congratular-me com V. Ex^a pelo trabalho excepcional que realiza como Relator desta Comissão que analisa as desigualdades inter-regionais. Gostaria de lamentar que a superposição de atribuições que temos aqui nesta Casa me tenha privado de permanecer nos trabalhos de sua Comissão. Apenas compareci à primeira reunião, a de abertura, onde estiveram pessoas as mais ilustres do nosso País. Gostaria de dizer que V. Ex^a aborda, com muita propriedade, esse tema, que já foi objeto de preocupação dos governantes passados, têm que ser objeto de preocupação dos governos atuais, e deverá continuar a ser objeto de muita preocu-

pação dos futuros governantes desta Pátria. Nós que somos representantes de um Estado, de uma nova fronteira de desenvolvimento do País, temos sentido que existem desníveis extraordinários, calcados na falta de uma política correta, de uma política racional voltada para o desenvolvimento dessas nossas regiões. V. Ex^a se atém, particularmente, ao Nordeste do nosso País. Sabemos que durante algum tempo tentou-se levar o desenvolvimento a essa Região que V. Ex^a tão bem representa nesta Casa. Criou-se a Sudene no Governo de Juscelino Kubitschek. Não sei o motivo, mas a Sudene não conseguiu cumprir fielmente o seu papel. Durante algum tempo uma certa euforia se instalou no Nordeste — falo até como representante do início da área do Polígono das Secas, porque sou da região do norte de Minas, onde começa a jurisdição da Sudene. Várias indústrias foram implantadas naquela região. Há poucos dias, tivemos oportunidade de ir a Montes Claros e constatamos que várias indústrias de grande porte estão fechadas. O bicudo é citado por V. Ex^a como uma consequência danosa para a produção de algodão naquela região, onde várias indústrias têxteis implantadas. Não sei por que esse problema, até hoje, não foi resolvido. Será que está faltando verbas para que a Embrapa desenvolva um trabalho para acabar com essa praga que empobrece mais o Nordeste, já que as indústrias nordestinas estão sucateadas? Como V. Ex^a assevera, estamos buscando algodão no Sul do País para transformá-lo em produto final no Nordeste, e, em seguida, voltá-las para o Sul. Esses passeios das mercadorias encarecem e inflacionam o nosso mercado. Eu gostaria de dizer que também a região Norte do País está totalmente abandonada. Vimos alguns megaprojetos. Há uma indústria do laticínio enorme na nossa cidade de origem, Araguaína, no Estado de Tocantins, cujo funcionamento deveria ter começado em 1982 e, até hoje, está parada, faltando ainda uma verba de 3 milhões e 800 mil dólares, para que ela possa abrir, propiciando empregos e o desenvolvimento de que a região necessita. A Sudam, que é um órgão que atua na nossa região, repassou todos os recursos e o projeto não vai para a frente. Temos uma destilaria de álcool que funcionou apenas um dia; está lá, sucateada. Os projetos têm que ser melhor analisados; deveríamos partir para projetos menores, como mecanismo capaz de evitar essa concentração de renda, como V. Ex^a bem frisa, que é a grande causa das desigualdades sociais. Não só no Nordeste mas em todo o Brasil, a concentração de renda tem levado o País a esse estágio de subdesenvolvimento.

Não tive oportunidade de ouvir o depoimento do eminente Governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, demonstrando a sua indignação contra a forma da representatividade dentro do Congresso Nacional no sentido de que o nordestino ou o nortense representam mais do que vários Parlamentares do Sul e Sudeste do País, porque temos poucos votos e eles têm muitos. Creio que do ponto de vista legal, talvez até S. Ex^a tenha suas razões, mas se acabarmos com o número de nossa representação aqui, do Norte e Nordeste, por certo, consequências advirão disso aí. Nós tivemos no passado essa representação política representada pelo coronelismo e pelos feudos do Nordeste, principalmente; se diminuirmos a nossa representação, com relação ao Sul e Sudeste, o Nordeste e o Norte do País terão agravados seus problemas. Cumprimento mais uma vez V. Ex^a por abordar esse tema como muita profundidade, marca dos trabalhos de V. Ex^a, lamentando não ter estado presente às sucessivas reuniões dessa Comissão que, por certo, apresentará um trabalho muito

importante para a Nação brasileira, para o estudo, a análise e, se possível, para implementação das idéias que V. Ex.^a haverá de apresentar. Muito obrigado.

O SR. BENI VERAS — Obrigado, Senador Carlos Patrocínio. Eu realçaria que o sistema Sudene e Sudam teve seu papel; ele realmente foi capaz, nos primeiros momentos, de desenvolver na Região uma indústria moderna, mas precisaria ter sido reavaliado à medida que se desenvolvesse. Não foi feita essa reavaliação e o sistema sofreu desvios e fugas, por exemplo, os recursos gastos na pecuária, que, principalmente no Nordeste, foram em grande parte desperdiçados, mal utilizados e mal acompanhados. A Sudene que era o órgão destinado ao planejamento regional envolveu-se também na destinação dos recursos e sofreu com isto um processo de degeneração de sua estrutura, o que redundou no desencaminhamento de vários recursos que poderiam ter sido melhor aplicados na região.

Quanto à questão da representação política, o Nordeste e o Norte têm realmente um peso desproporcional, mas isso é necessário para contrabalançar a força econômica do Centro-Sul que teria um papel altamente concentrador — o que já tem por sua natureza — se não fosse contrabalançado pelo papel político, atenuante, das nossas representações. Entretanto, há um fato que me chama a atenção e que demonstra que não é verdade que o Nordeste espolia o País, conforme o Sr. Governador Alceu Colares deixou claro. Nós temos 28% da população nacional. Entretanto, os recursos orçamentários gastos, por exemplo, na região Nordeste, não chegam a 12% desses recursos. Espoliação é esta porque, sendo quase 30% da população, recebemos apenas 12% dos recursos. De fato, o que há, no caso, é o direcionamento dos recursos públicos federais para as regiões já prósperas e não para as regiões subdesenvolvidas.

O depoimento do Governador Alceu Colares é muito mais amplo e complexo mas, efetivamente, a mensagem de que o Sul se sente prejudicado pelo Nordeste é um dado importante. Sei que isso é alimentado pelas frequentes notícias, a maioria delas falsa, sobre o desembolso de recursos para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do País. Há poucos dias, o Sr. Ministro de Desenvolvimento Regional informou que estava liberando para o Nordeste 4,5 bilhões de cruzeiros, a curto prazo. Ouvi isto, seguidamente, nos últimos tempos, mas esses recursos não chegam. Infelizmente, por darem manchete, esses recursos aparecem como tendo ido para a região mas, de fato, não chegam lá. Há um mistério. O Governador, refletindo a opinião pública do seu Estado, não se preocupou em conferir a veracidade dos fatos a respeito da destinação dos dispêndios públicos no Brasil, porque no Sul este já é um sentimento quase generalizado que dispensa comprovações.

O que me impressionou no depoimento do Governador do Rio Grande do Sul, um dos mais importantes depoimentos que até agora tivemos na Comissão Mista, foi constatar que o Sul do País se sente, nesta década, uma região marginalizada, da mesma forma que o Nordeste. O problema é que não está diagnosticando corretamente o seu inimigo.

Lembro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, na época em que se discutia a questão da colonização européia na África e, especialmente, na Argélia, havia um livro muito interessante sobre o qual, infelizmente, não tenho aqui as referências bibliográficas, intitulado Retrato do Colonizado procedido pelo Retrato do Colonizador. A tese desse livro, escrito na

França, era a de que o colonizado não agride o colonizador, mas outro colonizado.

Por isso chamou a minha atenção a mensagem que nos foi trazida pelo Governador Collares: o Sul, ao identificar-se como uma região periférica, diagnostica como causa dos seus problemas uma outra região periférica, o Nordeste. A lógica do Centro é de tal forma forte que obscurece a realidade e enfraquece a causa dos mais fracos. Não quero dizer com isso que o Sudeste, ou São Paulo, sejam a causa dos problemas do sul, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte. Não concordo com esse discurso vazio que busca encontrar culpados e construir rivalidades entre as regiões brasileiras. Na verdade, os verdadeiros culpados estão na recessão econômica, na lógica de expansão do capital, na incapacidade ou falta de interesse do poder público e em fatores de natureza histórica. No caso do Nordeste, o papel retrógrado das elites tradicionais e a fraca base de recursos naturais são fatores que dificultam o desenvolvimento.

Para o Deputado Nelson, do Rio Grande do Sul, o Governador está equivocado ao conferir importância desmesurada ao problema da representatividade no Congresso. Para ele, trata-se de uma questão que vem sendo discutida há mais de um século e que continuará sendo discutida.

Concordo com o nobre Deputado Nelson Jobim em que há certo excesso na representatividade das regiões periféricas, mas informo que alguma desproporcionalidade precisa existir, já que não apenas critérios políticos têm de ser levados em conta, como também critérios sociais e, principalmente, critérios econômicos. Não se deve esquecer que a redução das desigualdades é uma das obrigações do Estado.

Segundo Nelson Jobim, o grande problema não é o da desproporcionalidade na representação política, mas, sim, o problema do pacto federativo não resolvido. É vital que se sentem juntas as representações do Sul e do Nordeste, para buscarem discutir fraternalmente um projeto nacional, que também discuta as obrigações de cada região. Precisamos corrigir o problema da desproporcionalidade, porque houve certo exagero a partir de 1987; mas não podemos chegar à proporcionalidade absoluta, disse o Deputado Nelson Jobim, mencionando especificamente o mínimo de oito Deputados por Estado como um número alto, pensando no caso dos novos Estados do Norte.

O Deputado Nelson Jobim, o grande problema não é o da desproporcionalidade na representação política, mas, sim, o problema do pacto federativo não resolvido. É vital que se sentem juntas as representações do Sul e do Nordeste, para buscarem discutir fraternalmente um projeto nacional, que também discuta as obrigações de cada região. Precisamos corrigir o problema da desproporcionalidade, porque houve certo exagero a partir de 1987; mas não podemos chegar à proporcionalidade absoluta, disse o Deputado Nelson Jobim, mencionando especificamente o mínimo de oito Deputados por Estado como um número alto, pensando no caso dos novos Estados do Norte.

O Deputado Nelson Jobim chamou a atenção para o cuidado que devem ter os sulistas para não embarcarem no discurso baseado em slogans não devidamente fundamentados, apenas manifestando um sentimento preconceituoso. Mencionou o caso da ferrovia Norte-Sul, do Governo Sarney, sobre a qual se disseminou o slogan de que ligava o nada a coisa nenhuma. Mencionou que essa é uma obra da mais alta importância, ligando uma região com grande potencial produtivo ao mercado do Sudeste e, por extensão, do Sul

e do Nordeste. "Se insistirmos no discurso agudo e sem base, como o que o senhor nos fez agora — dizia ele, referindo-se ao Governador do Rio Grande do Sul — não estaremos contribuindo para o pacto federal."

Para o Deputado Nelson Jobim, "o País não é uma soma dos Estados, mas muito mais do que isso. Por isso, não podemos dizer que o Rio Grande do Sul estará bem, se o Brasil, como um todo, não estiver bem."

Eu lembraria, a propósito da ferrovia Norte-Sul, que, nos Estados Unidos, quando foi construída a Rede Ferroviária, buscava-se a potencialidade daquelas regiões, embora desabitadas. E faziam-se grandes projetos de colonização, mediante os quais aquela região que nada produzia passava a produzir, e a ferrovia já existia para conduzir essa produção ao meio de consumo.

A ferrovia Norte-Sul tem essa lógica, que é profundamente verdadeira e justa. Ela liga uma região de alta potencialidade produtiva para os portos, de tal maneira que possamos jogar para o exterior a produção de uma região que pode ser colonizada com grande sucesso.

A interpretação aqui trazida pelo eminente Governador Alceu Collares se assemelha, em realidade, a um tipo tradicional de interpretação dos problemas regionais bastante comuns no Nordeste, que procura buscar causas externas para explicar os problemas que afetam o desenvolvimento da região. Esse tipo de comportamento pode eventualmente satisfazer a necessidade de explicação dos problemas e, muitas vezes, até rende devidos políticos; mas, em realidade, constitui-se num afastamento das verdadeiras causas dos problemas. Trata-se, em síntese, de um discurso que aceita implicitamente a condição de periferia e, ao se satisfazer com um diagnóstico viesado, embora politicamente conveniente, acaba também sendo uma causa de atraso. No Nordeste, sabemos muito bem disso, porque esse é o discurso das nossas elites mais tradicionais, que procuram em outras regiões as causas do nosso atraso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o desenvolvimento dos trabalhos até agora na Comissão Mista sobre o Desequilíbrio Inter-Regional Brasileiro tem significado uma contribuição da maior importância para o melhor entendimento da natureza dos problemas das desigualdades regionais no Brasil.

Temos razões de sobra para esperar que essa Comissão produza propostas concretas que, de um lado, procurem mostrar um diagnóstico o mais correto possível e livre de preconceitos dos problemas regionais do País; e, de outro, que apresentem políticas que possam, em potencial, contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado do País.

Se pudermos contar, nessa comissão, com o apoio maior dos companheiros das demais regiões, poderemos estudar formas de compensar as fundas ameaças que pairam, no presente momento, sobre as regiões periféricas, principalmente através da reforma que se pensa fazer no sistema fiscal. Esta pode vir a punir seriamente as regiões periféricas, se não tivermos uma forma adequada que corresponda não só os interesses nacionais de reforma fiscal, como também aos interesses regionais, fazendo com que as regiões periféricas tenham algum projeto de desenvolvimento que dê à sua população condições de vida mais digna. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Álvares. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores: por mais que queiramos minimizar os efeitos danosos dessa efervescência política com máscara de crise, não podemos negar de que este quadro com que nos defrontamos nestes últimos dias é bastante propício para provocar inibição de iniciativas, calma no processo decisório e um certo desaquecimento na área de investimentos.

E quando falo em investimentos, refiro-me, principalmente, à captação de recursos no exterior, onde as especulações em torno dessa crise poderia causar uma certa retração do capital externo em nosso País.

A Bolsa de Valores de São Paulo, numa importante iniciativa, acaba de realizar em Londres, um importante seminário com a participação de quase 100 corretores e analistas de mercado de capitais, inclusive investidores diretos e indiretos no Brasil.

Desse Seminário participou o Ministro Ângelo Calmon de Sá que também presidiu a Sessão de Encerramento, levando aos participantes daquele importante encontro, a quase totalidade dos especialistas de mercado e investidores efetivos ou potenciais, a sua palavra experiente e autorizada sobre a economia brasileira, suas imensas potencialidades e uma apreciação crítica sobre o Governo, sobre o desempenho de nossa economia nestes últimos anos, as reformas que estão sendo processadas e as justificativas de otimismo que se deve ter nesta época que considerou bastante propícia para se investir.

O Jornal *A Tarde*, edição de 30 de junho último, tece alguns comentários sobre este importante evento, promovido pela Bolsa de Valores de São Paulo, do qual também participaram o Presidente da Associação Brasileira de Companhias de Sociedades Anônimas, Luiz Fernando Furlan; José Pio Borges, Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Armínio Fraga, Diretor do Banco Central; o professor Celso Martone, Professor da USP; e Gilberto Bijone Filho, Diretor-Executivo da Bolsa de Valores de São Paulo. Na avaliação do jornal "todos eles procuraram mostrar o potencial do Brasil e as vantagens e riscos para os investidores. Mas foi o Ministro Ângelo Calmon de Sá quem deu o toque de maior otimismo — e concluiu o seu pronunciamento dizendo que — embora as coisas pareçam não andar bem, na área política, é agora a hora de investir no País". Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma das coisas mais benéficas ao nosso País, no momento, é justamente o sentimento de confiança e otimismo em nossas enormes possibilidades.

Dentro dessa conjuntura de desânimo e descrédito de alguns setores da vida nacional, a iniciativa do Ministro Ângelo Calmon de Sá, de afastar-se do País, adiar seus compromissos internos, para ir ao exterior falar a um público interessado em ouvir palavras de esperança e credibilidade no Brasil, é muito louvável.

Ao retornar de Londres, após o dia 29 de junho passado, o Ministro participou no dia 1º do corrente da reunião da Sudene, onde autorizou a liberação de Cr\$277 bilhões para atender a 123 projetos em todos os Estados nordestinos, como parte de um montante de Cr\$4,2 trilhões que prometeu ao Nordeste na reunião anterior, para o exercício de 1992.

Ontem, segundo a edição do jornal *A Tarde*, o Ministro iria ao Piauí, assinar com o Governador Freitas Neto convênio no valor de Cr\$53 bilhões, atendendo prioridade determinada pelo Presidente da República, em função de calamidade provocada pela seca. Segundo informações do jornal, o propósito do Ministro Ângelo Calmon de Sá é repassar aos estados uma média de Cr\$280 bilhões mensais, até dezembro, só com recursos do Finor, para investimentos em turismo, agroindústria, irrigação e, principalmente, agropecuária. Nesse conjunto de recursos, oriundo do Finor, PIN-PROTERRA, Tesouro Nacional, Ministério da Agricultura e Banco Mundial, serão atendidos, também, programas de assentamento e produção rural.

Estas notícias, sim, deveriam merecer grande repercussão, pois, certamente, irão trazer grandes benefícios ao Nordeste, às suas populações, que representam 1/3 do povo brasileiro, e, conseqüentemente, um grande benefício à economia do País. Quero, portanto, dessa tribuna do Senado cumprimentar o Ministro Ângelo Calmon de Sá pelo seu gesto e pela sua mensagem, e pelo seu trabalho que também se traduz em solidariedade e certeza no futuro do Governo e do País.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição, com o meu pronunciamento, das notícias publicadas em *A Tarde*, nas edições de 30-6-92, intitulada "Calmon tenta em Londres tranquilizar investidores", e de 2-7-92 com o título de "SDR libera 4,2 trilhões para obras no Nordeste".

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

A Tarde — terça-feira 30-6-1992
CALMON TENTA EM LONDRES
TRANQUILIZAR INVESTIDORES

Londres (AE) — O Ministro Ângelo Calmon de Sá, secretário do Desenvolvimento Regional, encerrou, ontem, um seminário sobre investimentos no Brasil, promovido em Londres pela Bolsa de Valores de São Paulo, assegurando aos seus participantes que a crise política que o País está vivendo não interromperá as mudanças estruturais da economia, porque elas não são produto da vontade do Governo, mas de toda a sociedade brasileira.

"Esteja quem estiver no governo, nada vai mudar. As mudanças estão sendo conduzidas de acordo com o desejo da sociedade brasileira. É porque todos sabem que precisamos das reformas", declarou Calmon de Sá a quase 200 corretores, analistas de mercado de capitais, e a investidores diretos e indiretos no Brasil.

O seminário — Mercado Financeiro e Investimentos estrangeiros no Brasil — foi uma repetição do outro realizado recentemente, pela Bovespa, em Nova Iorque. Álvaro Augusto Vidigal, seu presidente, abriu a reunião fazendo um histórico da revolução da economia brasileira desde a Segunda Guerra, para ressaltar as mudanças promovidas pelo Presidente Collor de Mello e as medidas propostas para completá-las.

"Medidas" — ele disse — "que considero corretas para o desenvolvimento e para a sua completa integração no cenário internacional".

Opinião Contrária

O orador seguinte foi o professor Celso Martone, da Universidade de São Paulo. É o que ele fez foi colocar o outro lado da situação, mostrando principalmente o que falta para ser feito e os problemas que o Governo está enfrentando

para levar adiante as reformas de acordo com os seus projetos. Martone declarou-se pouco esperançoso de que a reforma tributária seja concluída neste ano, por causa da resistência dos políticos e das denúncias de corrupção, envolvendo pessoas próximas do Presidente.

Contudo, apesar das dificuldades, ele considera bastante provável uma queda substancial da inflação e o retorno do crescimento econômico no prazo de três a quatro anos.

Falaram ainda, antes do Ministro Calmon de Sá, o economista sênior e pesquisador do Morgan Grenfell et Co., Paul Luke; o Presidente da Associação Brasileira de Companhias de Sociedades Anônimas, Luiz Fernando Furlan; José Luís de Salles Freire, da Law Offices of Tozzini, Freire, Teixeira e Silva; José Pio Borges, vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Arminio Fraga, diretor do Banco Central; Mark Donegan, da James Capel Incorporated; Carey Hall, da Bear, Stearns et Co. Inc.; e Gilberto Biojone Filho, diretor executivo da Bolsa de São Paulo.

De um modo geral, todos eles procuraram mostrar o potencial do Brasil e as vantagens e riscos para os investidores. Mas foi o ministro Calmon de Sá quem deu o toque de maior otimismo. Ele começou por mostrar como estava a economia do Brasil quando o Presidente Collor assumiu o poder e os progressos realizados até agora. E concluiu o seu pronunciamento dizendo que, embora as coisas pareçam não andar bem, na área política, é agora a hora de investir no País.

A Tarde — Salvador, Bahia — quinta-feira 2-7-92

SDR LIBERA 4,2 TRILHÕES **PARA OBRAS NO NORDESTE**

Brasília (Sucursal) — A Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República começou a liberar os Cr\$4,2 trilhões que o Ministro Ângelo Calmon de Sá prometeu, na última reunião da Sudene, aos Estados do Nordeste até o fim do ano. Em reunião realizada ontem, com o superintendente da Sudene, Elionaldo Magalhães, o ministro autorizou a liberação de Cr\$277 bilhões, para atender a 123 projetos em todos os estados da região.

Hoje Calmon de Sá vai assinar em Teresina, com o Governador Freitas Neto, do Piauí, convênios no valor de Cr\$53 bilhões, dos quais Cr\$37 bilhões serão liberados imediatamente. A prioridade ao Estado do Piauí foi determinada pelo Presidente Fernando Collor de Mello, em virtude da situação de calamidade pública provocada pela seca na região. Os investimentos vão resultar na criação de empregos em todo o estado.

Segundo Calmon de Sá, os recursos para todos os estados do Nordeste já estão assegurados. "A Sudene está recebendo regularmente o dinheiro do Finor e, aprovados os projetos, a liberação será apenas uma questão de formalizar a papelada". Além dos Cr\$277 bilhões que estarão sendo repassados nos próximos dias, o Ministro prevê que ainda em julho deverão ser liberados mais Cr\$120 bilhões, aproximadamente, chegando a quase Cr\$400 bilhões, em apenas um mês.

A intenção, de acordo com Calmon de Sá, é repassar aos estados uma média de Cr\$280 bilhões mensalmente, até dezembro, totalizando, só com recursos do Finor, Cr\$1,7 trilhão, para investimentos em agroindústria, turismo, irrigação e agropecuária, principalmente.

Além dos recursos do Finor, o Governo Federal injetará no Nordeste nos próximos seis meses Cr\$600 bilhões oriundos do PIN-Proterra. Outros Cr\$600 bilhões de recursos do Tesouro; mais Cr\$800 bilhões do Ministério da Agricultura para

programas de irrigação e assentamento rural; além de Cr\$480 bilhões do Programa de Apoio ao Produtor Rural, financiado pelo Banco Mundial.

APARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Antonio Mariz — Carlos Patrocínio — César Dias — Cid Sabóia de Carvalho — Elcio Álvares — Guilherme Palmeira — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — João Calmon — João França — José Sarney — Jutahy Magalhães — Lourival Baptista — Magno Bacelar — Mansueto de Lacerda — Marco Maciel — Maurício Corrêa — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 62, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1992 (nº 2.905/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre os vencimentos dos docentes de 1º e 2º graus pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 14 minutos.)